

A formação da nacionalidade em Santa Catarina durante a Questão Christie (1863)

Jefté Brandão Januário¹
jetfebrandao@hotmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: É objetivo deste trabalho abordar como a Província de Santa Catarina reagiu com a Questão Christie, um impasse diplomático entre Brasil e Inglaterra no século XIX (1862-1864), que teve seu ponto crítico no ano de 1863 e que quase levou a uma guerra entre as duas nações. O foco central está voltado para entender como a população catarinense estava se mobilizando para a defesa nacional e regional em face de uma invasão inglesa, qual a viabilidade de uso das fortalezas da província para utilização em defesa num eventual ataque, e questões sobre os grupos minoritários nesse contexto como negros, índios e os teuto-brasileiros.

Palavras-chave: Questão Christie; Santa Catarina; Nacionalismo; Etnicidade

Abstract: This article discusses how the Province of Santa Catarina reacted to the "Questão Christie," a diplomatic impasse between Brazil and England in the nineteenth century (1862-1864), which had its climax at the year 1863 and led the two nations to the brink of war. The central focus is directed toward the study of how the population of Santa Catarina was mobilized for the defense of national and regional levels in the face of a British invasion, how were the conditions of using the fortresses of the province in order to resist to an invasion, and questions about minority groups in this context as blacks, indigenous and Teuto-Brazilian.

Keywords: Questão Christie; Santa Catarina; Nationalism; Ethnicity

O que foi a Questão Christie? Tudo aconteceu devido a um naufrágio de uma embarcação, de nome Prince of Walles no Rio Grande do Sul, na Praia do Albardão em 1861, onde toda a carga foi saqueada e os corpos da tripulação sumiram, sem nenhuma explicação. Em 1862 no Rio de Janeiro, na Tijuca, três militares ingleses pertencentes a Fragata Forte, entre eles um capelão, estavam voltando bêbados para as suas embarcações, e no caminho havia uma barreira policial brasileira. Os três não obedeceram à ordem de se identificarem, e aconteceu uma briga corporal entre os militares brasileiros e esses ingleses. Os três britânicos foram presos, o que aumentou a indignação britânica, somada com o naufrágio misterioso do Prince of Walles.

O embaixador britânico no Brasil, o senhor William Douglas Christie, fez desses problemas um escândalo internacional. Foi ele que exigiu que a carga extraviada da

¹ Acadêmico do Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina.



embarcação fosse indenizada, e que os militares brasileiros que prenderam os militares ingleses fossem punidos. O Imperador, com muita relutância, pagou a indenização que a Inglaterra tinha imposto, equivalente a 6.525 Libras e 19 cents. Isso correspondia à moeda corrente da época em 58.015\$686 réis.² Essa indenização foi paga “sob protestos”, por que o governo “tinha por princípios não discutir questões de dinheiro quando se tratasse da honra nacional, motivo pelo qual” o Imperador “tratava de ordenar as indenizações pedidas”.³ Já com respeito a aplicar a segunda exigência imposta aos militares brasileiros, isto foi visto como uma vontade alheia que colocaria a soberania nacional em xeque.

Em resultado do impasse diplomático entre as duas nações, e por nada chegar a um consenso durante um bom tempo, o Imperador brasileiro “pede fim de relações diplomáticas com Inglaterra”.⁴ O que se viu logo após a essa declaração, não foi um receio por parte dos brasileiros de uma represália da então poderosa Inglaterra. Pelo contrário, foi o apoio público das pessoas, entre elas os catarinenses, externadas à Dom Pedro II.

Antes de o Imperador brasileiro ter pago a indenização já mencionada acima para a Inglaterra, os ingleses tinham feito um bloqueio naval aos portos do Rio de Janeiro, para pressionar o pagamento. Alguns barcos foram detidos pelos ingleses como penhor até que o Imperador pagasse o dinheiro devido. Isto é comprovado pela notícia que saiu no jornal *O Mercantil* aqui de Santa Catarina. O jornal noticiou que o navio inglês de nome *Stromboli* aprisionou cinco navios, que eram: “Vapor *Parahyba*, Patacho *Ghaves* I, propriedade de D. Clara Maria Ferreira, Palhabote *Trinta*, Sumaca *Aurea*, Sumaca *Voadora*”.⁵

Para fechar a notícia com um tom patriótico, a manchete do Jornal *O Mercantil* conclui com a seguinte mensagem: “Está consumado o acto de violência. Resta-nos vingar a dignidade nacional tão covardemente ultrajada”. Sobre essa vontade de defesa nacional, a professora Beatriz Mamigoniam,⁶ ao estudar o quadro pintado de Victor Meirelles Lima, que retratou o pronunciamento do Imperador no Paço Imperial no Rio de Janeiro - feito em 1863-, defendendo a soberania brasileira, disse que isso marcou

² Jornal *O Mercantil*, 18/01/1863, p. 1.

³ PAULO, Roberto de Almeida. *Formação econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo: Ed. SENAC, 2001, p. 192.

⁴ Jornal *O Mercantil*, 10/09/1863, p. 2.

⁵ Jornal *O Mercantil*, 13/01/1863, p. 3-4.

⁶ MAMIGONIAM, Beatriz Galotti. *Contraponto americanos: novas abordagens para a escravidão e abolição no Brasil*.



uma onda nacionalista, que iria refletir mais tarde durante a Guerra do Paraguai. Corroborando com o dizer de Mamigoniam, o jornal *O Mercantil* noticiara que “os cidadãos esquecidos das questões domésticas (intrigas políticas internas) que ainda há pouco os dividiam, uniram-se em um pensamento único – a salvação da honra nacional”.⁷

Nessa época, uma das notícias que circulavam na capital catarinense, era que “Santa Catarina será um dos primeiros pontos ameaçados”, mas os “catarinenses achão no melhor espírito para resistir-lhe”.⁸ Donativos eram angariados na capital e nas outras cidadezinhas catarinenses para o esforço de guerra. Esses donativos foram levantados em todo o território nacional, para compras de armas, reparos de fortalezas etc.

É característica em Santa Catarina, com respeito às fortalezas, uma coisa; o levantamento da situação em que elas se encontravam em 1863. Nesse mesmo ano, o relatório sobre a Fortaleza de Anhatomirim é: “serve de Registro do Porto (antes do Forte Santa Bárbara, a Fortaleza de Anhatomirim servia para registrar quem chegava em Santa Catarina). É importante. Tem 49 bocas-de-fogo, sendo 10 peças de ferro de calibres 12 libras, em bom estado, e 15 de calibre 24 lb (libras), cinco de 18 lb, 18 de 12 lb e uma de 6 lb, todas em mau estado.”⁹ Em uma de suas visitas a Santa Catarina, o Imperador veio inspecionar os exercícios militares nessa fortaleza.¹⁰

Com relação à Fortaleza de São José da Ponta Grossa, o relatório de 1863, feita durante a Questão Christie, considera-a “de pouca importância. Abandonada por inútil. Consta existir nela 22 bocas-de-fogo, sendo nove peças de calibre 24 libras, duas de 18 lb, seis de 12 lb, uma de 9 lb, duas de 8 lb, uma de 6 lb e uma de 4 lb, todas de ferro em mau estado”.¹¹

Sobre a Fortaleza de Santo Antônio de Ratonas, o levantamento feito em 1863 “considera essa fortaleza também de pouca importância. [...] Tem 11 bocas-de-fogo,

⁷ Jornal *O Mercantil*, 13/01/1863, p. 4.

⁸ Jornal *O Mercantil*, 05/03/1863, p. 3-4.

⁹ Relação das fortificações existentes em cada uma Província do Império, suas denominações; artilharia que tem; posições e importância. 1 de Janeiro de 1863. Manuscrito do Itamaraty. *Apud* TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mário Mendonça de. (Orgs.). *As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. CD-ROM.

¹⁰ Jornal *O Mercantil*, 26/03/1863, p. 2-3.

¹¹ Relação das fortificações existentes em cada uma Província do Império, suas denominações; artilharia que tem; posições e importância. 1 de Janeiro de 1863. Manuscrito do Itamaraty. *Apud* TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mário Mendonça de (Orgs.). *As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. CD-ROM.



sendo três peças de ferro de calibre 24 libras, cinco de 18 lb e três de 12 lb, todas em mau estado”.¹²

Um caso espantoso é o levantamento do Forte de São Francisco Xavier (localizado onde hoje é a beira-mar norte, na atual Praça Esteves Júnior, onde se encontram dois canhões como enfeite). O terreno onde ele se situava tinha sido vendido para uma companhia privada em 1841 a preços medíocres,¹³ e sido transformado em praça pública em 1862. Porém em 1863, no levantamento feito, “informa que esse forte não tem importância. Está situado na Praia de Fora, no revés da cidade. Abandonado, consta existir nele seis peças de ferro de calibre 12 libras, em mau estado”.¹⁴

O Forte de Santana é considerado de “alguma importância. [...] Tem 12 bocas-de-fogo, sendo uma peça de ferro de calibre 9 libras, em bom estado, e três de bronze de calibre 12 lb, quatro de ferro de calibre 12 lb e quatro de 9 lb, todas em mau estado”.¹⁵ O jornal *O Despertador*, editado na capital catarinense, de 20 de fevereiro de 1863, diz que houve nesse forte uma manobra militar envolvendo ataque e defesa. Isso aconteceu, segundo notícia o jornal, para mostrar “à qualquer pirata que tente forçá-las para vir nos hostilizar em nossos ancoradouros”.

Já a Fortaleza da Barra do Sul, hoje conhecida como Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, hoje totalmente em ruínas, era considerada “importante. [...] Tem 15 bocas-de-fogo, sendo seis peças de bronze de calibre 12 libras, duas de 8 lb e uma de 6 lb, todas em bom estado, e uma de bronze de calibre 8 lb e cinco de ferro de calibre 18 lb, em mau estado”.¹⁶

É perceptível nesses relatórios que algumas fortalezas estão em “mau estado”, ou que “é importante”, “de pouca importância” “alguma importância” etc. Porém, nessa época, as fortalezas catarinenses receberam cuidados e reparos. Existe, por exemplo, vários registros de engenheiros destinados ao Presidente da Província em Santa Catarina, sobre verbas para reparar as fortalezas nesse momento de tensão e preparação para uma eventual guerra contra a Inglaterra. Temos o registro, por exemplo,

¹² Idem.

¹³ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1972, p. 40.

¹⁴ Relação das fortificações existentes em cada uma Província do Império, suas denominações; artilharia que tem; posições e importância. 1 de Janeiro de 1863. Manuscrito do Itamaraty. Apud TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mário Mendonça de. (Orgs.). *As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangell*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. CD-ROM.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.



de Frederico Belmont Brockenhuns, ao Presidente da Província catarinense Pedro Leitão da Cunha, sobre as obras no Forte Santa Bárbara.¹⁷

Porém, e o mais importante, é nos perguntar-mos como estavam os ânimos da população civil da província catarinense. Assim como houve nas principais capitais do país passeatas aderindo ao espírito patriótico - como noticia os jornais da capital catarinense - aclamando o Imperador como o salvador da nação, em Santa Catarina, mas precisamente na capital, também era normal os ânimos da população se exaltarem, e prometerem darem a vida à causa do país, contra os chamados “piratas” ingleses. Por exemplo, ocorreu uma passeata na cidade de Desterro no dia 16 de janeiro de 1863, uma “sexta-feira a tarde”, onde

uma grande porção de povo, levando o estandarte nacional a sua frente, e acompanhado da mesma música do batalhão do Depósito percorreu de novo as ruas desta cidade, repetindo os mesmas vivas, tendo antes nomeado uma comissão para em nome do povo certificar a S. Ex. (o presidente da província catarinense, Pedro Leitão da Cunha) que os catarinenses estão prontos a sacrificar-se pela sustentação da honra e dignidade da nação, e fazer ver a S. Ex. o júbilo de que todos os catarinenses se achão possuídos pela maneira com que o Governo Imperial havia salvaguardado a honra da nação brasileira.¹⁸

Não sabemos dizer se essa “grande porção de povo” era de apenas 50, 100 pessoas ou mais. Talvez essa notícia fizesse parte da propaganda “midiática” do Jornal *O Mercantil*, frente a exaltação nacional. Estima-se que em 1860, a população de Desterro fosse de 19.900 habitantes, contando os 3.597 escravos¹⁹ que provavelmente não tivesse a oportunidade de expressar os seus sentimentos sobre a questão diplomática Brasil-Inglaterra.

É importante, sobre a questão negra em Santa Catarina, ver se realmente os escravos estavam tão alienados sobre esse embate diplomático. Por que é importante ver isso? Por que no Maranhão, citando brevemente, existia um quilombola muito famoso entre as autoridades locais e muito temida também, ainda durante essa Questão Christie, onde uma “companhia inglesa”²⁰ que estava interessada em uma mineradora da região, estava persuadindo esses quilombolas para em caso de guerra entre Brasil e Inglaterra, eles aderissem ao lado britânico, em troca da liberdade. Não sabemos se os escravos

¹⁷ Registros de Engenheiros para Presidentes de Província, 31/12/1862, p. 4.

¹⁸ Jornal *O Mercantil*, 18/01/1863, p. 1.

¹⁹ MOELLMANN, Leatrice. As imigrações dos séculos XIX e XX, parte I – Os alemães. *Ágora*, Florianópolis, 2011, p. 20.

²⁰ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil*, (séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005, p. 190-191.



catarinenses tinham também essa informação. A questão da escravidão é ponto chave dessa intriga política entre ambas as nações, mas que teve como pano de fundo o naufrágio do *Prince of Walles*.

Mas, voltando às passeatas que surgiram na capital catarinense, é interessante notarmos o quanto uma comoção nacional pode de repente causar o desejo do povo de “sacrificar-se” pela “dignidade da nação”. A notícia que acabamos de ler, do Jornal catarinense *O Mercantil*, é de 1863. Mas se compararmos com um relatório de dois anos antes (1861) elaborado pelo então Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado á Assembléia Legislativa Provincial, veremos que a população tinha aversão ao serviço militar, e nem pensava em “sacrificar-se” pelo país. Nesse relatório, debaixo do subtítulo Força Pública, Francisco Carlos d'Araujo Brusque fala sobre o recrutamento, que “continuam as dificuldades do recrutamento, e continuarão por largo tempo nesta província, onde seus habitantes têm a mais decidida repugnância pelo serviço militar”.²¹

Porém, essa “repugnância pelo serviço militar” logo acaba. O assunto naquele momento era se preparar para defender os interesses nacionais e regionais do perigo externo. Era até mesmo proibido publicar qualquer coisa que por ventura viesse a desrespeitar os interesses da nação. Os jornais sempre atacavam uns aos outros de calúnia por terem editado algo que ofendesse os brios das “gentes brasileiras”. Um caso interessante são os ataques correntes entre os dois jornais da província catarinense *O Mercantil* e *O Despertador*, ambos usados neste trabalho como fontes para ver como a província catarinense estava reagindo ao embate diplomático brasileiro e inglês. Contudo, não escapou nem sequer das críticas do *Mercantil* e do *Despertador* o jornal editado pelos descendentes alemães instalado em Porto Alegre, cuja notícia foi repercutida aqui.

Neste caso, o jornal *O Mercantil*²² emitiu uma nota dizendo que o jornal alemão de Porto Alegre, *Deutseh Zeitung*, tinha publicado uma notícia “injuriosa” sobre o Brasil, e que a ofensa só foi resolvida depois que o redator foi demitido, e o estabelecimento tipográfico do jornal foi entregue às autoridades brasileiras. O jornal local disse ainda que os “representantes da população alemã” no país “condenaram

²¹ Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/948/000021.html> Acesso em: 10/10/2011.

²² Jornal *O Mercantil*, 08/02/1863, p. 2-3.



publicamente” a injúria do jornal *Deutseh Zeitung*. Porém, não é dito que tipo de injúria foi cometida.

Essa notícia não levou de maneira alguma uma reação hostil da parte dos brasileiros sobre os teuto-brasileiros. Muito pelo contrário. O jornal *O Mercantil* deixou claro na mesma nota que o povo alemão residente aqui não tinha nada a ver com as declarações do *Deutseh Zeitung*. No caso da comunidade alemã na capital catarinense, era normal a chamada “Sociedade Patriótica de Tiro”, treinar tiro ao alvo com a “sociedade dos Alemães”. Descrevendo um desses exercícios conjuntos ocorridos no dia 10 de março de 1863, o jornal *O Despertador* relatou que “entre ambas reinou a mais perfeita harmonia”.²³

Esses exercícios realizados com a Sociedade Patriótica de Tiro da capital, junto com a sociedade dos Alemães não aconteceram apenas uma vez, mas se repetiu em outros momentos, mas nesse mesmo contexto de tensão diplomática. Outra conjuntura regional que não pode passar despercebida, e que é muito curioso, era que “estavam a chegar na cidade de São José alguns caciques que vêm oferecer ao governo da Província 4.800 indígenas para ajudarem a defesa do litoral da mesma província”.²⁴ A notícia não traz mais informações de onde esses índios eram, ou seja, a que tribo ou povo eles pertenciam, como eles ficaram sabendo da briga anglo-brasileira, se houve nos bastidores políticos um acordo com esses indígenas, o nome dos caciques etc. Mas, continuando sobre a chegada desses índios, o jornal *O Despertador* comenta que o governo provincial obrigasse “a dar-lhes os fardamentos precisos como julgar conveniente, e a indispensável subsistência em quanto permanecerem no serviço da pátria”.²⁵ A mesma reportagem dizia que se fosse verdade a vinda desses índios para defender o litoral catarinense, “escusado (desnecessário) será destacar nas fortalezas guardas nacionais, porque esses brasileiros nossos amigos (índios), se encarregarão de exterminar em suas emboscadas os piratas (ingleses) que ousarem desembarcar em qualquer ponto dela”.²⁶

Infelizmente, como já comentado, não sabemos se realmente esses índios vieram para São José ou para a capital catarinense. Mas vale a pena fazer uma pesquisa

²³ Jornal *O Despertador*, 10/03/1863, p. 1-2.

²⁴ Jornal *O Despertador*, 04/04/1863, p. 1.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.



profunda para ver essa questão indígena, principalmente pelo que eles vieram a enfrentar depois, com a vinda maciça de imigrantes para Santa Catarina.

Considerações finais

É fantástico como a partir de um tema, ou a partir de um conceito, como dizia Reinhart Koselleck,²⁷ nesse caso a Questão Christie, podemos explorar e entender um outro aspecto de uma sociedade que escapa por entre os dedos do historiador. No caso de Santa Catarina, há muita coisa a ser escrita sobre a cidade e sobre o seu povo que vai muito além de uma história voltada apenas para as grandes realizações de heróis ou sobre questões relacionadas às diferentes etnias que constituem esse belo Estado.

Não quero dizer com isso, que essa história da formação étnica do Estado seja desnecessária, longe disso. Faz parte daqueles que moram aqui conhecer suas raízes e valorizá-las. O que eu quero dizer é que Santa Catarina tem muitas histórias inexploradas que podem ser redescobertas, se é que essa palavra pode ser usada para a história, e que faz parte do historiador e da sociedade em que nela está inserido, pesquisar e divulgar, para não correr o risco dessa história morrer junto com os jornais, cartas e registros que estão nos arquivos e bibliotecas, muitas vezes sujeitas a umidade e as outras intempéries naturais.

Não foi minha intenção com esse artigo dar uma nova cara para a história catarinense. Mas foi uma oportunidade de estar no momento certo com uma fonte de pesquisa inédita, e na hora certa contribuir de uma maneira ou de outra, para um novo olhar sobre a formação de uma noção de pertencimento nacional que estava surgindo em Santa Catarina, mais precisamente em Desterro, em uma situação que poderia levar a todos os brasileiros para uma guerra, e que era fundamental para todos desenvolverem um espírito de coesão pátria, e de unidade da soberania.

Fontes:

Jornal *O Despertador*, 1863.

²⁷ KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 1.



Jornal *O Mercantil*, 1863.

Registros de Engenheiros para Presidentes de Província, 31/12/1862, p. 4. Acervo: Arquivo Público de Santa Catarina (APESC).

Registros de Engenheiros para Presidentes de Província, 14/03/1863, p. 1. Acervo: Arquivo Público de Santa Catarina (APESC).

Registros de Engenheiros para Presidentes de Província, 21/03/1863, p. 1. Acervo: Arquivo Público de Santa Catarina (APESC).

Relação das fortificações existentes em cada uma Província do Império, suas denominações; artilharia que tem; posições e importância. 1 de Janeiro de 1863. Manuscrito do Itamaraty. *Apud* TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mário Mendonça de. (Orgs.). *As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. 1 CD-ROM.

Referências bibliográficas:

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1972.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

MAMIGONIAM, Beatriz Galotti. *Contraponto americanos: novas Abordagens para Escravidão e Abolição no Brasil*.

MOELLMANN, Leatrice. *As imigrações dos séculos XIX e XX, parte I – Os alemães. Agora*, Florianópolis, 2011.

PAULO, Roberto de Almeida. *Formação econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo. Ed: SENAC, 2001, p. 192.

Recebido em 02 de abril de 2012.

Aceito para publicação em 20 de dezembro de 2012.

